

ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA NOVA ESPERANÇA - AFNE

CNPJ: 06.058.863/0001-04

Balanços Patrimoniais em 31/12/2022 e 2021 (Em R\$)		
	2022	2021
Ativo	504.258.972	349.540.369
Circulante	501.013.370	348.504.821
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	17.577.563	8.049.887
Contas a receber (Nota 5)	431.827.119	338.060.265
- Serviços Compartilhados (Nota 6)	8.414.353	-
- Desembolsos para ressarcimentos futuros (Nota 7)	13.791.619	1.305.739
- Estoques (Nota 8)	2.923.391	1.015.070
Despesas Antecipadas	14.640	-
Adiantamentos (Nota 9)	2.645.118	23.340
Créditos Diversos (Nota 10)	1.219.069	-
Outras contas a receber	22.500.000	-
Impostos a recuperar	100.498	50.520
Não circulante	2.113.666	1.035.548
Depósitos judiciais (Nota 11)	2.113.666	1.035.548
Intangível (Nota 12)	1.131.936	-
	1.131.936	-
Passivo	504.258.972	349.540.369
Circulante	493.535.050	343.314.707
Fornecedores (Nota 13)	5.984.760	54.333
Empréstimos entre Contratos (Nota 7)	13.791.619	987.630
Obrigações Trabalhistas (Nota 14)	21.318.185	3.418.781
Obrigações Tributárias (Nota 15)	12.113.922	793.716
Rendas diferidas (Nota 16)	431.850.302	338.060.265
Outras contas a Pagar	61.909	-
Serviços Compartilhados (Nota 6)	8.414.353	-
Não circulante	11.599.044	6.012.338
Provisão para Contingências (Nota 17)	11.483.753	6.012.338
Bens Propriedade de Terceiros	115.291	-
Patrimônio Social (Nota 18)	213.324	213.324
- Déficit Acumulado	(875.122)	(875.122)

Notas explicativas às demonstrações financeiras: (Valores expressos em Reais)

1. Contexto Operacional: A Associação Filantrópica Nova Esperança - AFNE é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 17/11/2003, na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ., na Avenida Felipe Uebe, 423 - CEP: 28.013-140, com sede na Cidade de São Paulo, na Alameda Santos, 2.315 - CEP. 01.419-101 e tem por objetivo apoiar, incentivar, desenvolver e promover a assistência social, à cidadania, à educação e à saúde, (ensino, pesquisa e extensão), à ciência e à tecnologia, à cultura e à arte e esporte, o lazer e a recreação, a proteção e preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável. Especializada em gestão de serviços de saúde seja pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. Organização Social na Área de Saúde, foi criada para atender os seguintes objetivos: a) A prestação de serviço de saúde, incluída a assistência médica, hospitalar e de serviços auxiliares de diagnósticos e terapia, sempre observada a excelência da atuação, obtida através da aplicação das melhores práticas de gestão em saúde disponíveis no mercado; b) A formação de recursos humanos para atuação na área de saúde; c) O desenvolvimento do conhecimento voltado às práticas de gestão em saúde, sobretudo através do incentivo a realização de cursos de formação, seminários, palestras e congressos; d) Incentivar e, se possível, viabilizar, a publicação de trabalhos próprios e de terceiros e a divulgação de conhecimentos científicos relacionados aos serviços de saúde, por meio eletrônico, de publicação de periódicos, livros, software, CD-ROM e outros recursos; e) Firmar parcerias, com órgãos públicos e privados possibilitando o desenvolvimento, aplicação e gerenciamento de novos produtos, métodos e processos educativos, de gestão, e outros na área de saúde; f) Desenvolver programas de estágio, estudos, aperfeiçoamento, prêmios, cursos e bolsas de estudo, voltados para estimular o desenvolvimento de tecnologia na área de saúde; e g) Firmar contratos e convênios com pessoa jurídica de direito público e de direito privado, nacionais e internacionais, com a finalidade de viabilizar a execução dos objetivos da Associação. As atividades desenvolvidas pela AFNE estão atreladas a metas e prazos descritos abaixo nos Contratos de Gestão e Aditivos firmados entre a Associação, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura de São Paulo. • UPA24H Niterói / Fonseca: A UPA 24h Niterói, é uma unidade de atendimento situada no Estado Rio de Janeiro, na Rua São Barreto, S/N - Fonseca, Niterói, e faz parte do programa da Rede de Atenção às Urgências, cujo objetivo é concentrar os atendimentos de saúde de complexidade intermediária, compo uma rede organizada em conjunto com a atenção básica, atenção hospitalar, atenção domiciliar e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192. Através do Contrato de Gestão n° 003/2020, a AFNE está à frente do desafio de implementar um modelo de gestão de qualidade ao atendimento de atenção e urgência a saúde desempenhado na unidade de atendimento. • Seap Bangu: O Pronto Socorro Geral Dr. Hamilton Agostinho Vieira de Castro - Seap Bangu, é uma unidade de atendimento situada no Estado do Rio de Janeiro, na Estrada General Emilio Maurer Filho, 1100 - Bangu, Rio de Janeiro, e faz parte da rede de Atenção Básica. A Atenção Básica é a principal porta de entrada e o centro articulador do acesso dos usuários ao Sistema Único de Saúde (SUS) e às Redes de Atenção à Saúde, orientada pelos princípios da acessibilidade, coordenação do cuidado, vínculo, continuidade e integralidade. Para atender esses princípios, a Atenção Básica desenvolve programas e ações, considerando a diversidade das necessidades de saúde dos usuários. Através do processo seletivo n° E-08/001/1290/2019, e consecutivo Contrato de Gestão n° 003/2019, a AFNE está à frente do desafio de implementar um modelo de gestão de qualidade ao atendimento de pronto socorro, destinados a população privada de liberdade que assegure assistência universal e gratuita aos egressos do sistema prisional. • São Gonçalo II: A UPA 24h São Gonçalo II, é uma unidade de atendimento situada no Estado Rio de Janeiro, na Avenida Bispo Dom João da Mata, S/N - Sta. Luzia, Laranjal, São Gonçalo, e faz parte do programa da Rede de Atenção às Urgências, cujo objetivo é concentrar os atendimentos de saúde de complexidade intermediária, compo uma rede organizada em conjunto com a atenção básica, atenção hospitalar, atenção domiciliar e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192. Através do processo seletivo n° E-08/001/2173/2019, e consecutivo Contrato de Gestão n° 002/2020, a AFNE está à frente do desafio de implementar um modelo de gestão de qualidade ao atendimento de atenção e urgência a saúde desempenhado na unidade de atendimento. • São Paulo: A Estratégia Saúde da Família (ESF) é o modelo assistencial da Atenção Básica, que se fundamenta no trabalho de equipes multiprofissionais em um território adrito e desenvolve ações de saúde a partir do conhecimento da realidade local e das necessidades de sua população. O processo de monitoramento e análise das ações e programas que compõem a ESF são desempenhadas em três instâncias técnico-administrativas da Secretaria Municipal de Saúde (Supervisões Técnicas de Saúde, Coordenadorias Regionais de Saúde e Coordenação de Atenção Básica), através do Processo 002/2021 - SMS-G/CPCS, a AFNE assume a gestão das STS Santa Cecília, STS Sé, Hospital Santa Dulce dos Pobres- Bela Vista, a Unidade de Coordenação de Assistência Hospitalar, de acordo com as políticas públicas do SUS, sob o desafio de implementar um modelo de gestão de qualidade ao atendimento de pronto socorro, afim de assegurar assistência universal e gratuita à população. **2. Resumo das principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis em 31/12/2022, abrangem as operações dos seguintes hospitais e Unidades de Pronto Atendimento abaixo, sob a gestão da Associação Filantrópica Nova Esperança. UPA24H Niterói / Fonseca; Seap Bangu; São Gonçalo II; São Paulo (STS Santa Cecília, STS Sé, Hospital Santa Dulce dos Pobres- Bela Vista). Estas demonstrações financeiras apresentam o resumo dos registros decorrentes dos fluxos financeiros associados aos Contratos de Gestão das Entidades que não possuem Patrimônio Próprio, realizando suas atividades operacionais em nome da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro e da Prefeitura de São Paulo, que são proprietárias do patrimônio Físico (Edificações, equipamentos, etc.) através do qual são realizadas as atividades hospitalares sob gestão da AFNE ao qual obtém responsabilidade pelo ativo fixo no período de sua contratação. **2.1 Base de preparação, a Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo as disposições da Resolução CFC nº 1.409/12, que aprova a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, e consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), b. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado. c. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Associação atua. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre estimativas e premissas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações financeiras do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 17 - Provisão para contingências. e. **Data de aprovação das demonstrações financeiras:** A autorização de emissão dessas demonstrações financeiras ocorreu através de Assembleia Geral Extraordinária datada de 26/04/2023. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a. **Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Associação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a mesma transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando, a Associação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Associação tem o seguinte ativo financeiro não derivativo: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como

Demonstrações de Resultados em 31/12/2022 e 2021 (Em R\$)		
	2022	2021
Receita operacional	423.452.520	119.587.839
Receitas de Contratos e Convênios (Nota 19)	1.774.331	-
Receita de Doações	425.226.851	119.587.839
Custos e Despesas Operacionais	(433.605.295)	(122.736.682)
Custo dos serviços prestados (Nota 21)	(433.605.295)	(122.736.682)
Resultado Bruto	(8.378.444)	(3.148.843)
Despesas Operacionais	(17.074.576)	(479.914)
Despesas gerais e administrativas (Nota 22)	(8.507.189)	(388.247)
Despesas com concessionárias (Nota 23)	(2.673.019)	(91.667)
Despesas tributárias (Nota 24)	(422.953)	-
Despesas com contingências (Nota 17)	(5.471.415)	-
Resultado financeiro líquido (Nota 25)	1.907.319	(49.843)
Ouflcit de Receitas e Despesas	22.457.255	-
Déficit Líquido do Exercício	(1.088.446)	(3.678.600)
Demonstrações de Resultados Abrangentes em 31/12/2022 e 2021 (Em R\$)		
	2022	2021
Déficit do exercício	(1.088.446)	(3.678.600)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(1.088.446)	(3.678.600)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social em 31/12/2022 e 2021 (Em R\$)		
	2022	2021
Patrimônio social	2.548.580	2.548.580
Em 31 de dezembro de 2019	-	-
Transferência para Patrimônio Social	-	-
Superávit do Exercício	1.343.344	1.343.344
Em 31 de dezembro de 2020	2.548.580	3.891.924
Transferência para Patrimônio Social	1.343.344	(1.343.344)
Déficit do Exercício	(3.678.600)	(3.678.600)
Em 31 de dezembro de 2021	3.891.924	213.324
Transferência para Patrimônio Social	(3.678.600)	3.678.600
Ouflcit do Exercício	(1.088.446)	(1.088.446)
Em 31 de dezembro de 2022	213.324	(875.122)

incurridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem saldos de caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível a qualquer momento em um montante conhecido de caixa, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros não derivativos:** A Associação reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **b. Intangível: Reconhecimento e mensuração:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a um ativo. A amortização não é calculada. Por se tratar de um direito para operar, onde o proprietário dos bens é a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro e a Prefeitura de São Paulo, **custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado/intangível é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **c. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As demonstrações financeiras refletem as seguintes provisões: **Férias:** Provisão constituída com base na remuneração dos empregados da Associação e dos empregados alocados nos hospitais sob gestão dessa Entidade e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, incluindo os encargos sociais correspondentes. **Provisão para contingências:** Provisão constituída com base na opinião dos assessores jurídicos da Associação em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. **d. Apuração do déficit:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios e inclui, os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização. **e. Isenções usufruídas:** A Entidade, conforme orientação do CFC - Conselho Federal de Contabilidade registra a Isenção da Quota Patronal de Previdência Social usufruída, bem como o impacto do imposto de renda, Contribuição Social, PIS e Cofins isentos por conta da obtenção da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS. **f. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, bem como a receita de descontos obtidos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e multas e despesas bancárias. **g. Ativos circulantes e não circulantes: Estoques:** São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária. **Contas a receber:** Representam o saldo de repasses mensais a receber e débitos acumulados de exercícios anteriores, os quais a Administração da Entidade classifica como créditos a receber da Secretaria de Estado de Saúde e da Prefeitura de São Paulo, ao final do contrato, decorrentes do desequilíbrio do contrato ao longo dos anos. **h. Passivo circulante e não circulante:** Reconhecidos no balanço quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas. As notas fiscais dos fornecedores são registradas mediante a aprovação do contratante vinculadas com a apresentação de regularidade fiscal do contratado e validação dos serviços efetivamente prestados. **i. Gerenciamento do risco financeiro:** A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro da Associação. A Administração monitora o retorno sobre os recursos aplicados considerando os resultados das atividades econômicas. As políticas adotadas pela Administração para gerenciamento do risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros estão apresentados na Nota Explicativa nº 28. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2022	2021
Fundo Fixo	3.372	-
Bancos	66.203	3.128.049
Aplicações Financeiras	17.507.988	4.921.838
	17.577.563	8.049.887

As aplicações financeiras referem-se à aplicação de curto prazo Corporativo em Cotas de Fundo de Investimentos, mantidas no Santander e Banco do Brasil e estão demonstrados os recursos pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes apropriados até a data de balanço com base no regime de competência. Os recursos recebidos em razão do contrato são alocados em conta corrente criada especificamente para gerir e aplicá-los. A AFNE é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por força do contrato de gestão, inclusive o recurso em caixa. **5. Contas a receber:**

	2022	2021
Afne-Prefeitura Município São Paulo - Repasse	431.227.119	331.075.437
Afne-Prefeitura Município São Paulo - Repasse Investimento	600.000	-
Secretaria de Estado de Saude-RJ UPA S. Gonçalo	-	2.835.297
Secretaria de Estado de Saude-RJ UPA Fonseca	-	2.655.719
Secretaria de Estado de Saude-RJ UPA Bangu	-	1.493.812
	431.827.119	338.060.265

Em 31/12/2022, o Contas a receber da AFNE refere-se basicamente aos repasses de valores a serem realizados pela Prefeitura do Município de São Paulo. **6. Serviços Compartilhados:**

	2022	2021
Centro de Serviços Compartilhados - Rede	4.245.640	-
Centro de Serviços Compartilhados - Bela Vista	1.582.524	-
Centro de Serviços Compartilhados - Núcleo Técnico	1.890.341	-
Centro de Serviços Compartilhados - UPA Vergueiro	559.107	-
Centro de Serviços Compartilhados - Santa Cruz	16.625	-
Centro de Serviços Compartilhados - CGD I	18.525	-
Centro de Serviços Compartilhados - CGD II	20.800	-
Centro de Serviços Compartilhados - Iaborai	24.477	-
Centro de Serviços Compartilhados - São Gonçalo II	27.914	-
Centro de Serviços Compartilhados - Fonseca	18.769	-
	9.631	-
	8.414.353	-

7. Desembolso para ressarcimentos futuros:

	2022	2021
Empréstimo entre contratos - Vergueiro	4.822.037	-
Empréstimo entre contratos - Sede	4.738.030	-
Empréstimo entre contratos - Bela Vista	1.230.699	-
Empréstimo entre contratos - São Gonçalo	1.107.098	642.316
Empréstimo entre contratos - Fonseca	736.827	521.893
Empréstimo entre contratos - SEAP Bangu	524.836	92.615
Empréstimo entre contratos - Sede RJ	476.575	-
Empréstimo entre contratos - Rede	131.890	-
Empréstimo entre contratos - Campo Grande I	23.627	5.320
Empréstimo entre contratos - Outros	13.791.619	1.305.739

8. Estoque:

	2022	2021
Almoxarifado	1.674.630	486.375
Farmácia	1.248.761	499.192
Materiais De Expediente	-	29.503
	2.923.391	1.015.070

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31/12/2022 e 2021 (Em R\$)		
	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Déficit do exercício	(1.088.446)	(3.678.600)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Provisão para Contingências	5.471.415	6.012.338
	4.382.969	2.333.738
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber	(93.766.854)	(117.923.038)
Desembolso para Ressarcimento	(12.485.880)	(1.305.739)
Estoques	(1.908.321)	357.030
Despesas Antecipadas	(14.640)	9.516
Serviços Compartilhados	(8.414.353)	-
Créditos Diversos	(1.219.069)	-
Adiantamentos	(2.621.778)	(23.340)
Impostos a recuperar	(49.978)	(50.520)
Outras contas a receber	(22.500.000)	-
Depósitos judiciais	(1.078.118)	(1.035.548)
	(144.058.991)	(119.971.639)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	5.930.427	50.407
Obrigações trabalhistas	17.899.424	(13.646.261)
Obrigações tributárias	11.320.204	(2.370.873)
Serviços Compartilhados	8.414.353	-
Outras contas a pagar	61.909	-
Bens propriedade de Terceiros	115.291	-
Rendas diferidas	93.790.037	119.374.496
	137.531.645	102.827.295
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(2.144.377)	(14.810.606)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Adições de bens intangível	(1.131.936)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos entre contratos	12.803.989	987.630
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	12.803.989	987.630
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	9.527.676	(13.822.976)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.049.887	21.872.863
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17.577.563	8.049.887
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	9.527.676	(13.822.976)

9. Adiantamentos:

	2022	2021
Adiantamento de Férias	2.214.554	-
Adiantamento a Fornecedor	84.522	23.340
Outros Adiantamentos	346.042	-
	2.645.118	23.340

10. Créditos Diversos:

	2022	2021
Depósito Caução	1.218.349	-
Outros	720	-
	1.219.069	-

Em 31/12/2022, os valores registrados como depósito caução referem-se basicamente aos contratos de locação dos imóveis do CAPS Adulto III Borcea, Hospital Municipal Bela Vista e Sede Administrativa São Paulo. **11. Depósitos Judiciais:**

	2022	2021
Processos Cíveis e Trabalhistas	2.113.666	1.035.548
	2.113.666	1.035.548

12. Intangível: Refere-se ao direito de operar sobre os bens móveis e imóveis que são utilizados na operação dos Hospitais e Unidades de Pronto Atendimento citados na nota explicativa 2. Conforme Cláusula específica dos Contratos de Gestão, que trata da Permissão de Uso de Bens Públicos, os bens móveis e imóveis são transferidos para responsabilidade da AFNE, através de Termo de Permissão de Uso, onde

ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA NOVA ESPERANÇA - AFNE
CNPJ: 06.058.863/0001-04

continuação

	2022	2021		2022	2021		2022	2021
19. Receita operacional líquida:			(c) O saldo de custo de serviços técnicos tem a seguinte composição:			25. Resultado financeiro líquido:		
Receitas de Contratos e Convênios			Serviços médicos	(32.376.522)	(39.662.303)	Receitas financeiras		
Secretaria Municipal de Saúde	415.598.293	3.992.026	Conservação, limpeza e coleta	(13.067.745)	(4.264.610)	Receita sobre aplicação financeira	1.636.825	52.588
Receita de Serviços de Saúde	6.984.828	115.139.507	Vigilância	(10.599.774)	-	Valores recuperados	75.147	41
Receita Subvenção Municipal	869.399	-	Exames de imagens	(8.011.809)	(4.668.808)	Descontos auferidos	2.792.190	52.629
Receita de Serviços de Saúde - Campos	-	456.306	Locação de ambulância	(4.410.591)	(2.030.000)	Despesas financeiras		
	423.452.520	119.587.839	Análise clínica laboratorial	(3.917.810)	(2.814.647)	IOF	(391.136)	-
20. Gratuidades concedidas - Obrigações para fins de CEBAS; 20a Saúde - Atividade Preponderante: (I) Demonstrativo das gratuidades concedidas - Ações Pactuadas: A AFNE - Associação de Filantrópica Nova Esperança, celebrou junto a Secretaria Municipal de Saúde pacto para atendimento de suas ações em gratuidade, no intuito de prover atendimento a população e manter os requisitos essenciais para a manutenção do Certificado Beneficente de Assistência Social Na área da Saúde - Cebas Saúde. 21. Custos de Serviços Prestados:			22. Despesas gerais e administrativas:			26. Benefícios obtidos - Isenções tributárias: Em 31/12/2022, a Entidade obteve benefício de Isenção Tributária conforme demonstrado no quadro abaixo de acordo com a Lei 12.868 de 15/12/2013 (que alterou a Lei 12.101 de 27/11/2009).		
Custo de medicamentos e materiais (a)	(26.538.263)	(7.210.716)	Locação de equipamento de informática	(3.746.102)	(1.432.909)	IRPJ	106.267.123	29.886.117
Custo de pessoal (b)	(297.362.711)	(37.244.539)	Manutenção de equipamento hospitalar	(3.678.572)	(2.413.411)	INSS	41.675.712	6.346.007
Custo de serviços técnicos (c)	(109.704.321)	(78.281.427)	Serviços de hematologia	(758.942)	(1.961.867)	CSLL	38.264.804	10.767.642
	(433.605.295)	(122.736.682)	Serviços de enfermagem	(1.979.927)	-	COFINS	12.754.935	3.589.214
(a) O saldo de custo com medicamentos e materiais tem a seguinte composição:			23. Despesas com concessionárias:			27. Seguros: A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, contudo, os Contratos de Gestão não estabelecem a obrigação do gestor (AFNE) a contratar cobertura de seguros para os principais ativos físicos dos Hospitais e das Unidades de Pronto Atendimento, compatíveis com os riscos associados com o porte e natureza dos ativos e das operações. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.		
Material Médico Hospitalar	(9.870.250)	-	Alugueiros	(8.027.542)	-	28. Instrumentos financeiros:		
Dietas Parenterais	(6.990.689)	-	Condomínio	(278.163)	(42.460)	A AFNE mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Associação não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, com remuneração equivalente a 97% da taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) de um dia, estão sendo apresentadas pelo seu valor justo dada a classificação de valor justo através do resultado, conforme demonstrado anteriormente. 29. Gerenciamento de risco financeiro: A AFNE está exposta aos seguintes riscos: a. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um contratante ou contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da AFNE e em títulos de investimento. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. b. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. c. Risco de mercado: As políticas de gestão de riscos da AFNE incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos. Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Entidade. Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo se refere ao custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias. Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a AFNE centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos renda fixa. Nas taxas de câmbio o risco também é mitigado uma vez que a Entidade praticamente não realiza operações em moeda estrangeira.		
Medicamentos	(6.529.693)	(3.931.673)	Agua e esgoto	(1.218.574)	-			
Material de Escritório	(1.215.462)	(118.694)	Energia Elétrica	(899.950)	-			
Gases Medicinais	(666.960)	-	Internet	(353.580)	(46.710)			
Material de Limpeza	(254.060)	(10.537)	Telefone	(179.120)	(10.186)			
Generos Alimentícios	(249.727)	-	Energia/Água	(14.873)	(34.771)			
Material de Uso e Consumo	(229.712)	(3.294)	Gás	(6.922)	-			
Insumos	-	(3.135.392)						
Covid	-	(9.865)						
Material Descartáveis P/Consumo	-	(1.261)						
Outros	(531.710)	-						
	(26.538.263)	(7.210.716)						
(b) O saldo de custo com pessoal tem a seguinte composição:			24. Despesas tributárias:			2022		
Salários	(180.996.902)	(21.308.479)	Alugueiros	(8.027.542)	-	2021		
Férias	(23.135.870)	(2.439.789)	Condomínio	(278.163)	(42.460)			
Fgts	(18.997.275)	(3.192.672)	Seguros	(43.447)	(13.568)			
Décimo Terceiro Salário	(18.790.917)	(2.086.694)	Serviço de entrega	(19.377)	(61.455)			
Auxílio Refeição	(16.602.009)	(250.928)	Viagens	(12.055)	-			
Adicional De Insalubridade	(9.089.523)	(2.206.831)	Alimentação	(227)	(100.519)			
Adicional Noturno	(8.242.951)	(989.374)	Combustível	-	(65.938)			
Vale Alimentação	(5.616.843)	(73.345)	Acordo Judicial	-	(49.000)			
Vale Transporte	(3.620.390)	(256.220)	Publicações em geral	-	(34.142)			
Rescisão Contratual	(3.226.020)	-	Outros	(-126.378)	(-21.165)			
Repouso Semanal Remunerado	(2.486.733)	(251.937)		(8.507.189)	(388.247)			
Gratificação	(1.892.160)	(750.251)						
Aviso Prévio	(1.668.649)	(513.094)						
Auxílio Creche	(936.727)	-						
Horas Extras	(672.453)	(286.037)						
Uniformes	(602.211)	(12.534)						
Seguro de Vida	(372.853)	-						
Cursos e Treinamentos	(231.081)	-						
Licença Remunerada	(40.672)	(141.526)						
Provisão Para Contingências	-	(2.202.287)						
Multa Art.477/487 Cit	-	(102.115)						
Outros	(140.472)	(180.426)						
	(297.362.711)	(37.244.539)						

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Membros da Diretoria Executiva da AFNE - Associação Filantrópica Nova Esperança Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Filantrópica Nova Esperança - AFNE ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Filantrópica Nova Esperança - AFNE em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** A Associação Filantrópica Nova Esperança - AFNE apresenta saldo de Convênios e Contratos referentes ao período de 2022, referente às rubricas Desembolso para Ressarcimento e Empréstimos entre Contratos, no ativo circulante e no passivo circulante, respectivamente, no montante de R\$ 13.791.619, referente aos mesmos Convênios e Contratos, sem possuir dossiês internos que possam evidenciar a realização desses valores e documentos atestando a sua prestação de contas. Devido a este fato, fragilidade de controles existentes e a falta de documentação comprobatória, não nos foi possível aplicar procedimentos alternativos de auditoria. Em vista disso não temos como opinar sobre os possíveis efeitos que ocasionam no ativo e passivo circulante, patrimônio social e resultado da Entidade. Não acompanhamos o inventário físico dos estoques, no montante de R\$ 2.923.391. Devido a impossibilidade de atestarmos a integridade do saldo através de procedimentos alternativos de auditoria, não foi possível concluirmos quanto à adequação dos seus registros na referida data base, bem como sobre os possíveis impactos nos custos operacionais de medicamentos e materiais, conforme apresentado na nota explicativa 20. Em 31/12/2021, a AFNE apresenta no ativo não circulante a título de "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 2.113.666, referentes a processos cíveis e trabalhistas. Entretanto, não possui composição, bem como controle se esses valores já foram liquidados ou se deveriam retornar para a Entidade, e quais processos judiciais estariam envolvidos. Não obtivemos as informações pertinentes aos processos correspondentes aos depósitos judiciais e com isso não nos foi possível aplicar procedimentos alternativos de auditoria, devido a fragilidade de controles existentes. Em vista disso não temos como opinar sobre os possíveis efeitos que ocasionam no ativo e resultado da Associação Filantrópica Nova Esperança. A Entidade não apresentou no Ativo Intangível, direito de uso de operação referente aos bens móveis e imóveis transferidos para a sua responsabilidade durante a vigência dos Contratos de Gestão. Pela falta de reconhecimento contábil desses bens, não se tem como aplicar a avaliação do valor

justo do sistema de controle patrimonial de tais ativos que respalde a existência e funcionalidade do mesmo, impossibilitando a realização de inventário físico necessário que lhes dão respaldo. Diante disso, não temos como opinar sobre a valoração do direito de uso. Devido a esses fatos não podemos mensurar os possíveis efeitos do valor de custo desses bens, como também eventuais ajustes quando for possível a aplicação da Resolução CFC nº 1.292/2010, NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Conforme a nota explicativa 12, a Entidade possui registrado na rubrica de Obrigações Trabalhistas, na data base de 31/12/2022, o montante de R\$ 4.080.698 correspondente a provisão de férias, contudo pela ausência de controles analíticos, não nos foi possível concluir sobre os saldos apresentados. Dessa forma, não podemos opinar sobre o montante registrado. Não obtivemos evidências referente ao valor de R\$ 22.457.255 reconhecidos na rubrica de outras receitas e despesas, com isso, não nos foi possível opinar sobre os possíveis impactos na demonstração do resultado do exercício. **Limitação de Escopo - Apresentação inadequada das demonstrações contábeis:** As Notas Explicativas de Gratuidades não foram apresentadas adequadamente e com isso está em desacordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis, contidas no Pronunciamento Contábil 26 (R5) - CPC 26 (R5), bem como não atendendo os requisitos da Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erros. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 26/04/2023.

JSV Auditoria Independente - CRC RJ-008514/O

Jorge Chaves Lucio - Contador CRC RJ-083.083/O-8

Id: 2474712

CANAIS DE ATENDIMENTO

SAC IOERJ

Serviço de Atendimento ao Cliente
Atendimento de 2ª a 6ª das 8h às 16h

(21) 2717-7840
0800-284-4675

sac@ioerj.rj.gov.br

Telefonista: (21) 2717-4141

Ouidoria

Atendimento de 2ª a 6ª das 8h às 17h

(21) 2717-5463

ouvidoria@ioerj.rj.gov.br

Publicações no D.O.

Agência Rio

(21) 2332-6549

agerio.ioerj@gmail.com

Agência Niterói

(21) 2717-4427

agenit.ioerj@gmail.com

